

VISUALIDADES CLANDESTINAS E MICROPOLÍTICAS: CONFLITOS OCULTOS NAS PAREDES DAS SALAS DE AULA

Paul Cezanne Souza Cardoso de Moraes
PPGAV/FAV/UFG

ISSN 2316-6479

Resumo

Neste estudo é analisado um grupo de visualidades produzidas ilegalmente em salas de aula, por alunos da educação básica, numa escola da rede pública de ensino, no Estado de Goiás. Essas visualidades são entendidas pela escola como pichação: uma intervenção visual ilegal, ato depredatório. Como um dado cartográfico, as visualidades ilegais das salas de aula são analisadas como provocadoras de um platô de intensidades onde se cruzam dados como contextos, micropolíticas e relações de poder. Referenciado nos estudos da cultura visual, este artigo busca mapear a presença dessas visualidades na escola, a partir de experiências e vivência com os alunos.

Palavras chave: cultura visual, cartografia, escola, intervenção visual.

Abstract

In this study we analyze a group of illegal visualities produced inside classrooms by students of basic education in a public school, in Goiás. In the school, teachers are used to think these visualities as *pichação*: illegal visual intervention, vandalism. Understood as a kind of cartography, illegal visualities in the classrooms may be analyzed as the basis of the formation of a plateau of intensities. There, data as contexts, micropolitics and power relations are in intersection. This article takes reference from visual culture studies, in order to map the presence of these images in the school, considering the experiences observed in the field with the students.

Keywords: visual culture, cartography, school, visual intervention.

1. Visualidades clandestinas e cartografias

Cartografar refere-se à técnica do traçado de cartas geográficas e seu estudo. Neste estudo observei as visualidades que habitavam a sala de aula, a parte de outros espaços escolares, como a quadra esportiva ou a sala de arte. Para tanto, não bastou pensar o ambiente escolar como dado cartográfico, foi preciso analisar suas minúcias. É que o exercício de cartografar as visualidades do espaço escolar me indicou que em seu funcionamento, para além de um grande mapa, pulsavam zonas com suas próprias dinâmicas: no campo das visualidades ilegais, clandestinas ou pichação, o teor e intensidade dessas manifestações era orquestrado também pela localização cartográfica. Assim,

cada espaço escolar, a partir de seu repertório visual, sala de aula, pátio ou sanitários, possuíam suas particularidades. Cada dado cartográfico possuía sua especificidade. Se o banheiro podia ser pensado, por suas visualidades em consonância com Baudrillard (1996), como submundo sexual e pornográfico, a experiência em campo indicou que as salas de aula se configuravam como zonas de poder, disputa e violência.

As visualidades habitam o cotidiano escolar. Toda sorte de visualidades são produzidas em atividades avaliativas, recreativas, em comemoração às datas especiais. Em paralelo a essa produção, há outra categoria visual, imagens e grafias que se infiltram nas paredes da escola de forma clandestina. São as intervenções visuais não autorizadas, uma produção que desafia a normatividade escolar, muitas vezes rotulada pela escola como pichações justamente por operarem como ações ilegais. Trata-se de um movimento estético clandestino, onde toma parte graffiti, desenhos, pichações, pixações (do movimento Pixação), códigos de grupos, demarcações territoriais entre outras manifestações. É então sobre as intervenções visuais de natureza clandestina, ilegal, que esta cartografia se construiu. O clandestino subverte as leis e a moral, mas não é necessariamente perigoso em se tratando das intervenções visuais. Certamente é abrasivo. O sujeito clandestino é aquele que foge às formalidades legais. O clandestino abriga ações feitas às escondidas e por isso são tão transgressoras: diante da ausência da norma, sem processo de triagem simbólica, a produção clandestina é indócil.

O cartógrafo é o indivíduo que traça a carta geográfica. Em consequência de delinear a geografia espacial, é necessário que o cartógrafo estude com precisão determinado contexto. Se é verdade que o pensamento de Foucault é cartográfico por excelência, é porque seu funcionalismo, sobretudo, “corresponde a uma topologia moderna que não assinala mais um lugar privilegiado como fonte do poder e não pode mais acertar a localização pontual [...]” (DELEUZE, 2013, p. 36). Cabe então compreender que esse marco pontual dilui-se, no sentido que: “o poder é local porque nunca é global, mas ele não é local nem localizável porque é difuso” (p. 36). Uma microfísica do poder. Logo, tal diluição indica que a história do espaço é a própria história do poder. Era assim a escola: um grande lugar que possuía em si espaços ou zonas distintas cujos engendramentos e manifestações eram heterogêneas.

Pesquisar em contexto heterogêneo para Deleuze (2005) é, sobretudo, instalar-se em suas sutilezas. Investigar as linhas que perpassam o dispositivo, particularmente, está vinculado à construção de um mapa de terras desconhecidas, é propor sua cartografia, “É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte a sul, de este a oeste, em diagonal” (DELEUZE, 2005, p.84).

Isso porque não tratei de um dado estático, pois o campo escolar é lugar de multiplicidades. Tampouco de fluxo previsível e contínuo. É assim o segredo da vida cotidiana, a natureza das coisas cujo exercício de apreensão exige atenção à mensagem que ecoa do fundo da camada político social que abafa o manifestar de outros agenciamentos (MAFFESOLI, 2010, p. 97-98). Estive por muito tempo pesquisando as intervenções clandestinas fadado a participar de sua esfera macro, a própria dependência do mapa, física, dependência visível das intervenções visuais da qual estava posta a olho nu. Escutar os ruídos foi participar de sua cartografia por meio da inserção em seu sistema, através dos sujeitos que a sustentavam. Longo processo da vida cotidiana, no qual participei até me tornar tão cotidiano quanto o contexto pesquisado. Do macro ao micro.

Como sugere Suely Rolnik (2011, p. 60-61), no mapa está compreendida a delimitação dos territórios, cobertura visível da produção do desejo, plano no qual a individuação forma unidades e a multiplicidade, totalizações, constituindo assim uma “Macropolítica” do território. Nessa ordem estão imbricadas organizações previsíveis, controláveis. Por outro lado, na cartografia, não há unidades, previsibilidade, há intensidades, “Micropolítica”. Assim pensei sobre o que, para muitos, se trata apenas de caos visual nas paredes da escola: as visualidades e códigos muitas vezes inacessíveis aos leigos como fonte de micropolíticas. Nesse plano, o que se possui é uma “lista de afetos não subjetivados, determinados pelos agenciamentos que o corpo faz, e, portanto, inseparáveis de suas relações com o mundo”, singularidades, devires, a multiplicidade rizomática. “Nesse percurso nada mais é fixo; nada mais é origem, nada mais é centro, nada mais é periferia [...] Uma multiplicidade substantivada, devires imprevisíveis e incontroláveis”, na qual se dilui a noção de plano, por estar sujeito ao campo visível. Nessa lógica, a cartografia

é a inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra – aqui, movimentos do desejo – que vão transfigurando, imperceptivelmente a paisagem vigente (ROLNIK, 2011, p. 62).

Neste trabalho, cartografar foi decisivo. Havia no plano do mapa a ordem visível das intervenções clandestinas, que, sujeitas ao entendimento de pura redutibilidade depredatória, quaisquer manifestações visuais ilegais permaneciam como problemática espacial vandalística. Nada tinham a dizer. Pulsão destruidora. Na ordem cartográfica, na zona, contrariando o discurso de redutibilidade, estava a multiplicidade dos desejos, das intrigas, do lazer perigoso, da ilegalidade – rizoma inerte (por ser ignorado) de acontecimentos cotidianos. Visualidade codificada das coisas do mundo.

1.1 Salas de aula



Figura 1 Sala de aula, visão interior. Foto: Paul Moraes 2011.

Platôs de intensidade de poder. Assim percebi a sala de aula. E as paredes desses espaços, com efeito, em um ambiente domado pela normatividade, não deixavam de projetar as micropolíticas daquele lugar. As salas de aula estavam incluídas entre os lugares no interior da escola que mais recebiam intervenções visuais dos alunos. Não obstante, também tomavam parte dos lugares destinados às relações de disciplina e aprendizado. Conseqüentemente eram onde se concentravam as tensões de poder, entre professor e aluno e entre os alunos em si.

Grande parte da vida do estudante acontece dentro da sala de aula, e não seria estranho constatar, que esse espaço configurou-se, durante as observações em campo, como palco dos conflitos visuais e disputas acirradas das intervenções não autorizadas. Se pensarmos a escola, precisamente a sala de aula, como ambiente propício à semiurgia do sistema atual, assim como Baudrillard (1996, p.100) assinalou a semiurgia como matriz do urbano, não seria estranho que, especialmente, as salas de aula como um dos pontos de escoamento desse sistema reproduzissem sobre suas paredes a característica caótica simbólica dos centros urbanos. E se há inconformismo com esse sistema,

De fato, silenciosa ou ruidosa, a revolta germina. Silenciosa, ela se manifesta na passividade, no recuo, na inatividade dos jovens. Ruidosa, nos *pegas* automobilísticos, nas *vaias a Marselhesa* no Estádio da França – exemplos não faltam (MAFFESOLI, 2004, p. 13, grifo do autor).

Exemplos de revoltas organizadas não faltam na contemporaneidade. Basta estar atento aos sinais cotidianos, para perceber que essas manifestações

chegam ou têm como espaço gerador a escola. Nas salas em especial, as paredes funcionavam como abrigo às tensões do cotidiano escolar. Lá estava escrito, entre tantas coisas e assuntos que rondam o cotidiano, que “A escola é uma merda!”. Tal vulgaridade, e tantas outras, tomavam como abrigo a superfície visível da parede. Encontrei escritos textos ofensivos destinados a professores, alunos, e à escola. Assim era a parede, um diário das micropolíticas da classe. Toda sorte de manifestações, que cabia ou não serem discutidas na sala de aula, passíveis ou não de punições, habitavam as paredes. Um grito oculto? Seria resultado de manifestações dos alunos inibidas pelo caráter normativo do lugar? Por que será que o proibido acomodava-se tão bem naquele espaço? Por que o vulgar, o xingamento, as provocações silenciadas e abastadas do que se considera enquanto propícias ao escolar eram tão vivas sobre aquelas superfícies? Talvez Gilles Deleuze aprofunde sobre tais questões ao relacionar as noções normativas das prisões com a escola, devido as regras e poder desses dispositivos:

Não são apenas os prisioneiros que são tratados como crianças, mas as crianças como prisioneiras. As crianças sofrem uma infantilização que não é delas. Nesse sentido é verdade que as escolas se parecem um pouco com as prisões [...] (DELEUZE; FOUCAULT, 2012, p. 134).

Se os alunos sofrem um processo que não lhes pertence é de se esperar que estes resistam a tal processo. Uma coisa era concreta: eram manifestações anônimas, pertenciam a todos, e ao mesmo tempo, ninguém era identificado, e esta era sua potência.

É possível então, pensar, com a devida suspensão necessária a qualquer análise de fatos, que vivemos na pós-modernidade, designada por Michel Maffesoli (2004, p.16) como “a hora da anomia”. Nesse sentido, haveria então em nosso mundo atual, por parte da juventude, o despertar de uma época que busca a ausência de leis ou normas em decorrência de um espírito dionisíaco que surge a partir do planejamento moderno. Seriam, então, sujeitos ligados às experiências mundanas, ao gozar da vida que sucede o ideal de progresso modernista, e que afronta, todo um sistema que pretende direcioná-los sobre antigas diretrizes? Seria um espírito de época distinto do espírito para qual o sistema educacional foi criado?

As inúteis querelas intelectuais, políticas e de escolas não passam da expressão do enclausuramento da *intelligentsia* em seu mundo que se acaba. Ela não conhece seu próprio tempo. Este se vinga com todos os tipos de excessos (MAFFESOLI, 2004, p. 13).

É possível que as intervenções clandestinas estejam localizadas como parte dos sistemas de excessos em resposta às diversas questões sociais.

Disto constituem os indícios mais marcantes a volta dos diferentes fanatismos e dos múltiplos terrorismos, assim como a rebelião, mais ou menos violenta, dos jovens dos subúrbios, para não mencionar a deserção de numerosas instituições (*Ibidem*, p. 13).

Por essa ótica a juventude além de promover excessos busca também estipular territórios outros de acordo com seu tempo. E isto, seria apenas, uma das linhas que compreende as “comunicações transversais” que abrangem um sistema rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 28).

A partir dessa multiplicidade de comunicações, acentuo o forte caráter das disputas territoriais que ocorriam dentro do ambiente escolar a partir das visualidades. Essa disputa acontecia tanto na macropolítica quanto na micropolítica. Apelidos, provocações e palavrões eram algumas frentes de afronta que permeavam as salas de aulas. Se o urbano irrompe na escola, desenvolve-se nela um sistema, um submundo de intervenções clandestinas que se assemelha ao submundo visual ilegal urbano. “Na sinalização da cidade, os graffiti constituíam até agora o submundo – submundo sexual e pornográfico –, a inscrição vergonhosa, reprimida, dos mictórios e terrenos baldios” (BAUDRILLARD, 1996, p. 103).

A partir desses dados, penso que a sala de aula era ambiente mais disputado e hostilizado pelas intervenções clandestinas, apresentando uma estética de caos visual. Mas do que se trata o caos? É comum usarmos esta palavra simplesmente para designar confusão geral dos elementos, e é nesse sentido reducionista que geralmente os excessos clandestinos são pensados. Para Baudrillard (2001) o caos não designa radicalmente oposição à racionalidade, pois está ligado à falta de domínio de uma cultura que pretende possuir e analisar o mundo. Nesse sentido, ao objeto que não conseguimos ordenar ou controlar,

Temos realmente a impressão de que existe uma espécie de reversão, de desforra ou quase de vingança do objeto pretensamente passivo, que se deixou descobrir ou analisar, e que de repente se tornou uma atracção estranha e de algum modo mesmo um adversário (BAUDRILLARD, 2001, p. 43).

Logo, podemos pensar que, se as intervenções visuais ilegais em maioria são de ordem caótica – é e comum sua redução ao caos – é porque nos afrontam com sua impossibilidade de inteligibilidade. Cabem então as perguntas: o que pode ser feito diante do caos? O que pode ser feito diante daquilo que não se contém? Não à toa que compactuam desse procedimento caótico diversas manifestações que, como indica Maffesoli (2004, p. 38), “tratam de embaralhar os códigos racionalistas”, como o caso da bruxaria que altera a ordem das letras no intuito de

afronta contra a ordem divina, cuja posição é de ordem infernal paradigmática e que pode facilmente ser encontrada no discurso da marginalidade e de outras formas que não seguem o discurso oficial. Talvez a característica caótica das intervenções clandestinas seja sua potência fatal: Não cabe ação legal ao pseudônimo BOB, NÓIA ou ao PSA, por estarem inseridos na ordem do caos.

Outra frente notável em todo corpo das intervenções clandestinas era a presença de torcidas organizadas futebolísticas e suas provocações, evidenciando assim, um recorte do cotidiano dentro da sala de aula que permeia a violência das ruas da cidade. Assim, havia provocações tanto de disputas futebolísticas quanto de território das galeras de pixação, com a presença de siglas de grupos organizados e seus respectivos membros, representados por símbolos e desenhos ou com maior incidência por pseudônimos.

Nomes sem intimidade, assim como o gueto é sem intimidade, sem vida privada, mas vive de uma intensa troca coletiva. O que esses nomes reivindicam não é uma identidade, uma personalidade, mas a exclusividade radical do clã, da turma, da gangue, da faixa etária, do grupo ou da etnia, que, como se sabe, passa pela devolução do nome e pela fidelidade absoluta a esse vocativo totêmico, mesmo se ele venha diretamente dos gibis *underground* (BAUDRILLARD, 1996, p. 102).

Esse vocativo totêmico perturba o sistema no qual está inserido não somente pelo fato de apresentar-se como símbolo nulo que escapa de toda punição legal cabível enquanto anonimato, mas porque representa não só um indivíduo e sim toda uma cadeia ou clã a que pertence. Essas organizações possuem uma reputação a ser mantida. A manutenção dessa reputação revela-se muitas vezes como selvageria. São excessos visíveis nas intervenções clandestinas e nos noticiários cotidianos. As torcidas organizadas futebolísticas se enfrentam simbolicamente e fisicamente. No campo simbólico das intervenções visuais, não se trata apenas de meros estranhamentos, implícito nesses desenhos e inscrições, estão múltiplos sistemas rizomáticos, que, “pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 25). A mesma violência urbana associada às gangues paira sobre as escolas.

Tratando-se do visual, havia sobre as paredes da escola ordens engenhosas dessas siglas e pseudônimos. Não se tratava apenas do conteúdo, mas como e em qual coloração essas visualidades foram produzidas. No caso das torcidas organizadas futebolísticas, esse padrão era evidente, uma vez que as siglas e os pseudônimos eram feitos conforme coloração oficial dos times a qual pertenciam. Se a cor oficial do time fosse o verde, havia um esforço constante em produzir as intervenções nesta cor. Quando não era possível utilizar a cor do time, se usava a

cor preta ou azul, que eram mais ou menos neutra, mas geralmente não era comum usar as cores do time rival. Percebi na pesquisa que as cores verde e vermelho, quando relacionadas às disputas futebolísticas, eram as que mais ganhavam evidência. Estas representavam as rivalidades dos times locais. Eventualmente as cores dos clãs se confundiam ou se estranhavam, gerando situações violentas.



Figura 1 Sala de aula. Pichações sobre parede. Foto: Paul Moraes 2011.

Na foto (figura 2), são visíveis as siglas de torcidas organizadas de cunho futebolístico rivais. Elas possuem grafia própria e cores distintas e ostentam as cores dos times às quais pertenciam. Essas siglas encontravam-se em confronto na imagem, uma vez que, por meio de um traço por cima da inscrição rival, uma anulava a outra. São elas *FJG*¹, *Força Jovem do Goiáse* *TEV*², *Torcida Esquadrão Vilanovense*, as duas maiores torcidas organizadas futebolísticas e maiores rivais do estado de Goiás.

Identificamos na imagem também que a inscrição *FJG* vem precedida de alguns dados como “zona sul”, precedidos por grupos e pseudônimos com interesses distintos, “BOB”. O interessante, é que a disposição, a organização dessas inscrições supõe uma grande discussão ordenada. Nesta imagem, as torcidas organizadas buscam se anular, estão em constante confronto habitando o mesmo espaço. Outros grupos coabitam esse espaço, permanecendo intocados. São várias camadas afrontando-se, vários interesses e várias disputas. Um grande diálogo silencioso para o leigo. Nota-se novamente a tipografia referente aos graffitique habitavam na área interna da escola, mas que, dentro deste espaço, distanciavam-se completamente da intenção de trazer em si mensagens, ali pertencem à ordem clandestina.

1 FJG. Refere-se à torcida organizada do time goiano Goiás Esporte Clube. Cor oficial: verde.

2 TEV. Refere-se à torcida organizada do time goiano Vila Nova Futebol Clube. Cor oficial: vermelho.

Essa forma de nome simbólico é negada pela nossa estrutura social, que impõe a cada qual seu nome *próprio* e uma individualidade *privada*, abalando toda solidariedade em nome de uma sociabilidade urbana abstrata e universal. Esses nomes, esses nomes tribais, pelo contrário, têm uma verdadeira carga simbólica: são feitos para ser dados, trocados, transmitidos, entregues definitivamente ao anonimato, mas um anonimato coletivo em que eles são como que os termos de uma iniciação que vai de uma para o outro e se trocam, embora não sejam, não mais que a linguagem, propriedade de ninguém (BAUDRILLARD, 1996, p. 102, grifos do autor).

A provocação aqui é feita a partir do momento em que uma torcida anula a inscrição da outra, com um traço por cima da inscrição, um risco sobre o símbolo rival. Anular é riscar a marca do outro. Após o ato de anular, geralmente quem o fez deixa ao lado alguma inscrição ou símbolo do clã ao qual pertence, escrevendo ao lado o nome da torcida ou apelido de quem a anulou, reforçando assim a rivalidade. Não se trata de tornar o rival invisível ou apagá-lo, mas sim de provocá-lo, expor publicamente a rivalidade entre eles. Esse ato da anulação estava presente em todo corpo de pichações, era uma provocação visual. Ele opera no sentido de menosprezar ou ridicularizar as visualidades anuladas. Ridiculariza-se o clã, e, com isso se garante a manutenção da credibilidade e disputas entre os grupos. Esclarecendo essa questão, tomemos como exemplo comum algum cartaz ou imagem de uma pessoa na qual se insere qualquer marca visual, como exemplo próximo, os bigodes ou um dente preto, desenhado sobre essas imagens. O intuito desse ato, assim como a da anulação é satirizar, zombar, tornar menor aquela imagem, é tornar visível sua vulnerabilidade.

Logo, tal ato provocativo, como o da anulação, é indicativo real das disputas territoriais mundanas dentro do limite da escola. Neste ponto é visível o quanto essas informações visuais apontam para dados importantes sobre as questões da violência escolar. Assim, em algumas ocasiões, as brigas entre alunos, os embates corporais, a violência, têm como um de seus ancoradouros tais disputas desencadeadas por rixas acirradas oriundas das ruas das cidades que perpetuam as paredes das salas de aula. Partindo desse dado, é possível compreender que o limite espacial, apontado por Maffesoli (2004, p. 85), cuja sugestão existencial permite que as pessoas permaneçam amparadas e protegidas, seja dissolvido na micropolítica das visualidades clandestinas. Neste campo o limite parece ser inexistente, permanecendo apenas certa sugestão delimitada pelo respeito ou imposto pela força, onde os indivíduos “são capazes de resistir na exata medida em que são protegidos pelo limite. E não podemos nos impedir de observar que a maioria dos conflitos entre bandos de jovens tem como objeto a defesa do território” (MAFFESOLI, 2004, p.85).



Figura 3 Sala de aula. Pichações sobre parede. Foto: Paul Moraes 2011.

Neste ponto da discussão, entre lugares, desejos e violência, é oportuno pensar sobre a noção negativa relacionada às intervenções clandestinas, uma vez que estas estão também ligadas a lugares perigosos. A sugestão é que, como no caso das disputas de torcidas organizadas futebolísticas ou ataques ofensivos a algum indivíduo, estes que podem ser também de natureza legível como a inscrição, “Vai morrer!”, as intervenções clandestinas passam a ser negativas por trazer à tona o que a priori deveria ser mantido em segredo. A disputa que deveria permanecer oculta ou o problema que deveria permanecer inerte é visível por meio dessas manifestações. As intervenções ilegais da escola não revelavam a fragilidade do sistema escolar? Legível ou ilegível, é negativa porque emerge de forma simbólica conflitos e desejos que deveriam permanecer secretos, surgem de uma micropolítica para a ordem do mapa, “[...] nomes próprios não de sujeitos, pessoas ou eus, mas de operações estratégicas do desejo na matéria não formada das intensidades” (ROLNIK, 2011, p. 61). Dessa forma, pode ser pensado como a transparência do mal para Baudrillard (2001). Se algo transparece é porque coloca em questão seu contrário que é o segredo, pois,

Quando tudo tende a passar para o lado do visível, como é o caso do nosso universo, o que é que outrora tornava as coisas secretas? Tornavam-se ocultas, clandestinas ou maléficas: o que era simplesmente secreto, isto é, prestes a tornar-se um segredo, passava a ser o mal e deveria ser abolido, exterminado (BAUDRILLARD, 2001, p. 31).

É comum escutarmos a sentença popular “Que parede mais feia, cheia de coisas horríveis!”. Seria então, o caso de reformulação desta sentença “Eu não estou disposto a olhar para essa parede e encarar parte das coisas que busco

manter em segredo!”. Nesse sentido, penso a dificuldade em lidar com essa situação por parte da administração escolar. Diante dessa situação complexa, da qual o segredo é real (é por isso deveria permanecer secreto), sendo então indestrutível, “vai diabolizar-se e passar através dos próprios instrumentos utilizados para o eliminar. A sua energia é a do mal, a energia que resulta da não unificação das coisas, definindo-se o bem como a unificação das coisas num mundo totalizado” (BAUDRILLARD, 2001, p. 31). É que as intervenções clandestinas insistem em tornar visíveis os conflitos e problemas de uma sociedade que Maffesoli (2004) localiza como resquício de um sistema asséptico moderno que visa manter distante toda energia contrária a ele.

Se uso como ancoradouro o esquema de rizoma e platôs, não é à toa que um platô “está sempre no meio, nem início nem fim. Um rizoma é feito de platôs” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 44). É nesse sentido que as intervenções clandestinas desempenhavam múltiplas operações das quais comutavam com o rizoma (*Ibidem*, p. 43) composto por linhas, variações, oposto a posições, nesse sentido, ocasionando platôs.

Fecho este texto, sem encerrar as inquietações que o inspiram, constatando que o cotidiano está tão presente nas intervenções e nos posicionamentos dos alunos. Muito do contexto social, anseios e inquietações de determinado grupo pode ser claramente notado nas visualidades de uma escola. E lá, ignoradas nas paredes encontram-se as intervenções visuais não autorizadas, com heróis e graffiti, o obscuro ou um simples desenho, eles insistem em habitar o espaço escolar. O mesmo que nós, professores, coabitamos, sem saber ao certo como proceder em relação a elas.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Loyola, 1996, p.103.

_____. **Palavras de ordem**. Porto, Portugal: Campo das Letras, 2001, p. 31-43.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de ariana**. 2º ed. Lisboa, Portugal: Passagens, 2005, p. 84.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013, p. 36.

_____. FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012, p. 134.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995, p. 25 – 44.

MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 13 – 85.

_____. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2010, p. 97 - 98.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto alegre, Sulina: Editora da UFRGS, 2011, p. 60 – 62.

Minicurrículo

Paul Cezanne - Souza Cardoso de Moraes (Paul Setúbal, nome artístico) é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura Visual. Licenciado em Artes Visuais, pela Universidade Federal de Goiás, artista visual e pesquisador, é membro do coletivo performático Grupo EmpreZa. Foi bolsista no Centro Cultural UFG, trabalhando na área de produção cultural e conservação do acervo. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Arte Contemporânea e Ensino de Artes Visuais. <http://paulsetubal.blogspot.com.br/>